



4191585



08106.002735/2017-58



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

REDE EAD-SENASP

RELAÇÃO DE EMENTAS DE CURSOS



ABRIL DE 2017



4 192641



08106.002735/2017-58

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****EMENTA****CONVÊNIOS, FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO 1****CFE1**

Informações gerais:	Modalidade: Curso a distância Carga Horária: 60h/aula Área da Matriz Curricular Nacional: Área Temática III - Conhecimentos Jurídicos
Apresentação:	<p>A parceria entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a transferência voluntária de recursos públicos, objetivando a execução de políticas públicas, aumentou consideravelmente nas últimas décadas.</p> <p>De forma mais específica a Secretaria Nacional de Segurança Pública, por meio de convênios repassa um montante considerável de recursos aos Estados e Municípios para o desenvolvimento de políticas de segurança pública nos níveis regional e local.</p> <p>Nesse sentido, considerando ainda, a obrigatoriedade da utilização do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal, conhecido como Siconv. Diante dessa nova realidade, faz-se necessário, que os Entes Federados sejam capazes de, por meio de seus Agentes Públicos, realizar todos os procedimentos técnicos e legais para que se formalize, execute e sejam prestadas as devidas contas dos convênios.</p>
Público de Interesse:	O curso se destina aos profissionais da área de segurança pública e aos profissionais administrativos que atuam nessas instituições.
Requisitos:	Este curso não exige que tenham sido realizados cursos anteriores na Rede EaD-SENASP.
Recomendações:	Recomenda-se que você tenha disponibilidade de 5 a 7 horas por semana para a realização das atividades.
Conteúdo Programático:	<p>Módulo 1- Conceitos básico e normativos gerais</p> <p>Módulo 2- Celebração do convênio: planejamento da intervenção</p> <p>Módulo 3- Celebração do convênio: confecção e cadastramento da proposta</p> <p>Módulo 4- Celebração do convênio: confecção e cadastramento do plano de trabalho</p>
Referências Bibliográficas:	<p>BRASIL. Constituição de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 04/12/2014.</p> <p>BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/dele0200.htm. Acesso em 04/12/2014.</p> <p>BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 04/12/2014.</p> <p>BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em 04/12/2014.</p> <p>BRASIL. Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013. Dispõe sobre as diretrizes para a</p>

elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências. (Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/LDO_2014/131224_Lei_12919.pdf). Acesso em 04/12/2014.

Referência: Processo nº 08106.002735/2017-58

SEI nº 4192641